

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		247.959	279.714
Contas a receber de clientes	4	16.520	17.778
Créditos fiscais	5	2.745	4.988
Valores a receber	6	7.254	26.275
Outros ativos	7	4.549	200
		<u>279.027</u>	<u>328.955</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	6	3.791	56.933
Depósitos judiciais	8	630.074	635.212
Partes relacionadas	9	-	293.215
Créditos fiscais	5	64.768	55.323
Outros ativos	7	59.477	421
		<u>758.110</u>	<u>1.041.104</u>
Propriedade para investimento	10	10.285	14.297
Imobilizado	11	778.656	783.299
		<u>1.547.051</u>	<u>1.838.700</u>
Total do ativo		1.826.078	2.167.655

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	30/09/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores		11.210	16.308
Obrigações trabalhistas e assistenciais	12	26.265	24.381
Obrigações tributárias	13	193.579	205.422
Obrigações contratuais	14	10.592	16.231
Benefícios pós emprego	15	24.996	24.318
		<u>266.642</u>	<u>286.660</u>
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	13	450.089	504.188
Benefícios pós emprego	15	263.112	258.822
Provisão para contingências	16	1.451.141	1.400.645
Adiant. futuro aumento de capital	17	351.724	326.938
		<u>2.516.066</u>	<u>2.490.593</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	2.162.322	2.455.537
Outros resultados abrangentes		68.974	80.112
Prejuízos acumulados		(3.187.926)	(3.145.247)
		<u>(956.630)</u>	<u>(609.598)</u>
Total do passivo		1.826.078	2.167.655

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

		Trimestre atual 01/07/2023 a 30/09/2023	Acumulado do atual exercício 01/01/2023 a 30/09/2023	Igual trimestre do exercício anterior 01/07/2022 a 30/09/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2022 a 30/09/2022
	Nota				
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	19	206.461	573.036	191.127	575.424
Custos da operação	20	(56.278)	(135.198)	(52.038)	(117.027)
Lucro bruto		150.183	437.838	139.089	458.397
Resultado operacional					
Despesas gerais e administrativas	21	(45.993)	(156.562)	(55.878)	(170.998)
Depreciação		(6.500)	(19.654)	(7.641)	(20.201)
Provisões contábeis líquidas	22	(392.182)	(223.172)	(255.497)	(434.535)
Outras receitas operacionais		5.231	22.995	4.168	15.122
Outras despesas operacionais		0	(535)	(1)	(11)
		(439.444)	(376.928)	(314.849)	(610.623)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(289.261)	60.910	(175.761)	(152.226)
Resultado financeiro					
Resultado financeiro líquido	23	(20.292)	(44.377)	23.795	(54.365)
Resultado antes dos tributos		(309.553)	16.533	(151.966)	(206.591)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Imposto de renda	24	(16.579)	(43.533)	(17.911)	(38.097)
Contribuição social	24	(5.971)	(15.679)	(6.450)	(13.721)
		(22.550)	(59.212)	(24.361)	(51.818)
Resultado do exercício		(332.103)	(42.679)	(176.327)	(258.409)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.076.487.907	1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por milhares de ações do Capital Social		(0,31)	(0,04)	(0,14)	(0,21)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Trimestre atual 01/07/2023 a 30/09/2023	Acumulado do atual exercício 01/01/2023 a 30/09/2023	Igual trimestre do exercício anterior 01/07/2022 a 30/09/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2022 a 30/09/2022
Resultado líquido do período	(332.103)	(42.679)	(176.327)	(258.409)
Outros resultados abrangentes	(8.335)	68.974	(5.723)	70.640
Outros resultados abrangentes	(8.335)	68.974	(5.723)	70.640
Resultado abrangente do período	(340.438)	26.295	(182.050)	(187.769)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2023 A 30/09/2023

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.455.537	80.112	(3.145.247)	(609.598)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(11.138)	-	(11.138)
Resultado do exercício	-	-	(42.679)	(42.679)
Saldos em 30 de setembro de 2023	2.162.322	68.974	(3.187.926)	(956.630)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2022 A 30/09/2022

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.455.537	46.485	(3.316.558)	(814.536)
Efeitos da reapresentação	-	-	439.080	439.080
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.455.537	46.485	(2.877.478)	(375.456)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	24.155	-	24.155
Resultado do exercício	-	-	(258.409)	(258.409)
Saldos em 30 de setembro de 2022	2.455.537	70.640	(3.135.887)	(609.710)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício - 01/01/2023 a 30/09/2023	Acumulado do exercício anterior - 01/01/2022 a 30/09/2022
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do exercício	(42.679)	(258.409)
(+) Outros resultados abrangentes	(11.138)	24.155
(+) Ajustes de resultados anteriores	-	439.080
(+) Depreciação e amortização	50.394	51.797
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	4.073	-
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	24.786	19.796
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	4.128	-
(+) Provisão para contingências	50.496	(164.605)
(+) Benefícios pós emprego	4.968	(29.778)
(-) Receitas diferidas	-	(4.691)
Resultado ajustado	85.028	77.345
Variações no ativo		
Contas a receber	(2.870)	(5.910)
Créditos fiscais	(7.201)	(76.751)
Valores a receber	72.163	8.962
Depósitos judiciais	5.137	(18.700)
Outros ativos	(63.406)	(3.418)
Variações no passivo		
Fornecedores	(5.096)	(868)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	1.884	18.753
Obrigações tributárias	(65.943)	(3.091)
Obrigações contratuais	(5.639)	(13.651)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	14.057	(17.329)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(45.812)	(15.417)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(45.812)	(15.417)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(31.755)	(32.746)
Caixa e equivalentes no início do período	279.714	351.695
Caixa e equivalentes no fim do período	247.959	318.949

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício - 01/01/2023 a 30/09/2023	Acumulado do exercício anterior - 01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas	876.059	623.120
Tarifas portuárias	125.632	76.903
Arrendamentos operacionais e aluguéis	461.523	510.805
Provisão para perdas estimadas	(6.761)	(35.960)
Reversão de provisões	295.665	71.372
Insumos adquiridos de terceiros	(565.896)	(497.392)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(31.390)	(28.160)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(505.896)	(459.120)
Outros custos	(28.610)	(10.112)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	310.163	125.728
Depreciação e amortização	(50.394)	(51.797)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	259.769	73.931
Valor adicionado recebido em transferência	49.457	51.323
Receitas financeiras	41.116	48.496
Outras	8.341	2.827
Valor adicionado a distribuir	309.226	125.254
Distribuição do valor adicionado	309.226	125.254
Pessoal	176.102	171.436
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	100.560	82.935
Benefícios	29.883	23.708
Benefícios pós-emprego	6	13.710
FGTS	8.697	7.194
INSS	24.929	22.815
Provisões	11.574	20.490
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	453	584
Tributos	62.468	55.667
Federais	61.275	53.330
Estaduais	-	88
Municipais	1.193	2.249
Remuneração de capitais de terceiros	113.335	156.560
Despesas financeiras	85.493	102.861
Contratos	27.842	53.699
Resultado do exercício	(42.679)	(258.409)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no período findo em 30 de setembro de 2023, em prejuízo no montante de R\$ 42.679 mil (prejuízo de R\$ 267.769 mil em 31 de dezembro de 2022), em especial pela constituição de provisão para contingências judiciais, ora revertido no período findo em 30 de junho de 2023.

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimização de custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

3.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de PIS, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

3.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua

exigibilidade.

3.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos internos provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Os estudos comprovaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos ^e	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

3.9 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

3.10 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.11 Provisões para contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da Companhia, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

3.12 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da Companhia, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

3.14 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

4 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	30/09/2023			31/12/2022		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	195.543	(182.590)	12.953	194.220	(179.550)	14.670
Porto de Itaguaí	3.150	(193)	2.957	1.716	(213)	1.503
Porto de Niterói	4.522	(3.928)	594	4.500	(3.395)	1.105
Porto de Angra	622	(606)	16	531	(31)	500
Totais	203.837	(187.317)	16.520	200.967	(183.189)	17.778

5 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	1.204	3.140	49.796	42.019
Contribuição Social	-	311	14.972	13.304
PIS/PASEP	388	384	-	-
Cofins	1.153	1.153	-	-
Totais	2.745	4.988	64.768	55.323

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic.

6 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Município do Rio de Janeiro	-	7.516	-	50.331
Acordos – créditos a receber	5.293	13.085	3.791	6.602
Servidores cedidos a outros órgãos	1.529	1.685	-	-
Outros valores a receber	432	3.989	-	-
Totais	7.254	26.275	3.791	56.933

Município do Rio de Janeiro: compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis de titularidade da Companhia, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à Companhia, destinados à implantação da urbanização da área portuária. Os valores foram reclassificados para a conta Títulos em Cobrança Judicial.

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Triunfo Logística, Pennant Serviços Marítimos, Prestomar Serviços Marítimos, Astromarítima Navegação e RLOG Logística e Agenciamento Marítimo. O grupo também registra o Termo de Reconhecimento de Dívida, firmado com a empresa N2O Tecnologia da Informação, pela devolução de valores pagos a maior.

Servidores cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos.

7 – Outros ativos

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas	549	127	-	-
Adiantamentos	3.938	10	-	-
Crédito com o Museu do Amanhã	-	-	17.780	17.780
Títulos em cobrança judicial	-	-	68.381	9.326
Outros valores	62	63	422	421
(PECLD)	-	-	(27.106)	(27.106)
Totais	4.549	200	59.477	421

Compõem as **Despesas Antecipadas** os seguros, o vale transporte e o IPTU. O grupo dos **Adiantamentos** é formado pelo 13º salário e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

O **Crédito com o Museu do Amanhã** decorre do contrato de concessão de direito real de uso nº 004/2010, firmado com o Município do Rio de Janeiro, no qual a Companhia concedeu o Molhe Oscar Weinschenck, conhecido como Píer Mauá, para a construção do museu. A cobrança está na fase administrativa.

Os valores classificados na conta **Títulos em Cobrança Judicial** representam as seguintes ações:

0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo

5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação

5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança

5098089-37.2019.4.02.5101 – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – Cobrança

5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

O valor de R\$ 59.055 mil, relativo à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – CDURP, foi reclassificado da conta valores a receber, no 2º trimestre de 2023.

A Companhia constituiu PECLD para o crédito do Museu do Amanhã e todos os valores em cobrança judicial, exceto quanto à CDURP, visto que o procedimento está sob análise da Diretoria Executiva.

8 – Depósitos judiciais

	30/09/2023	31/12/2022
Ações judiciais – leasing	247.436	247.436
Bloqueios em conta corrente	214.874	165.168
Ações judiciais - Portus	15.350	32.182
Recursos interpostos	18.012	17.108

Ações judiciais – VPNI	2.769	40.947
Outras ações judiciais	131.633	132.371
Totais	630.074	635.212

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – Partes relacionadas

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente. A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023 deliberou pela descapitalização dos recursos, regularizando a situação do Realizável a Longo Prazo, que estava superavaliado.

10 – Propriedade para investimento

Trata-se de 48 (quarenta e oito) itens patrimoniais distribuídos entre 30 (trinta) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Até o encerramento das demonstrações contábeis do 3º trimestre de 2023, a Companhia não havia concluído a avaliação de todos estes imóveis.

11 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2023			Movimentação janeiro a setembro de 2023				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
Operação	921.080	(320.841)	600.239	6.224	(33)	4.811	(46.508)	564.733
Administração	176.006	(54.377)	121.629	1.710	(28)	5.391	(3.886)	124.816
Andamento	63.946	(2.515)	61.431	37.878	-	(10.202)	-	89.107
Totais	1.161.032	(377.733)	783.299	45.812	(61)	-	(50.394)	778.656

As adições no grupo Obras em Andamento são referentes ao contrato 06/2022 – obras de ampliação e modernização do Cais da G, firmado com o Consórcio Porto Rio 1, no valor global de R\$ 104.000 mil.

12 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	30/09/2023	31/12/2022
Remunerações	501	8.515
Consignações	305	246
Mesada judicial	10	173
Provisões e encargos	25.449	15.447
Totais	26.265	24.381

A rubrica de remunerações reduziu em função da mudança do critério de pagamento dos salários, que na data-base de 30/09/2023 foi pago no mesmo mês de competência.

13 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
IPTU	14.695	14.695	-	-
ISS	162	89	3.242	2.958
Parcelamentos	123.369	130.163	446.847	501.230
PASEP/COFINS	5.932	5.053	-	-

IR e CSLL	10.246	12.887	-	-
INSS/FGTS	5.331	5.096	-	-
ATP	-	6.820	-	-
Taxa de ocupação	32.434	29.550	-	-
Outros	1.410	1.069	-	-
Totais	193.579	205.422	450.089	504.188

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, sendo: um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018; dois parcelamentos de PIS e Cofins, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **PASEP/COFINS** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa, cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, conseqüentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. Os valores foram baixados no 1º trimestre de 2023 por deliberação da Diretoria Executiva.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019.

14 – Obrigações contratuais

	Circulante	
	30/09/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	2.846	3.056
Expansão Terminal 1	7.651	7.651
Outros	95	5.524
Totais	10.592	16.231

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária.

A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento. Entretanto, o contrato foi encerrado em 16 de janeiro de 2023 com o saldo de R\$ 7.651 mil, não cobrado pela arrendatária por conta do pedido de recuperação judicial do Grupo Libra e pela discussão judicial de algumas faturas referentes à cobrança de movimentação mínima contratual.

15 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Contribuições correntes	585	572	-	-
Termo de compromisso financeiro	24.411	23.746	195.633	202.535

Déficit Atuarial	-	-	67.479	56.287
Totais	24.996	24.318	263.112	258.822

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial, de R\$ 287.523 mil (R\$ 282.568 mil em 2022), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

16 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis:

	Saldo Inicial 01/01/2023	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 30/09/2023
Ações trabalhistas	173.482	(53.771)	94.475	-	214.186
Ações cíveis	706.687	(46.347)	22.464	(1.390)	681.414
Ações tributárias	520.476	-	368.131	(333.066)	555.541
Totais	1.400.645	(100.118)	485.070	(334.456)	1.451.141

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. O valor da reversão e do complemento, reconhecido nas ações tributárias, está explicado na nota 22.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

16.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 276.841 mil (R\$ 187.261 mil em 31/12/2022), sendo:

Ações trabalhistas	R\$	70.157
Ações cíveis	R\$	206.462
Ações tributárias	R\$	222

17 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Parte dos valores sofre a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	30/09/2023	31/12/2022
Repasses ao Portus (2013 a 2016)	257.925	234.640
Repasses para investimentos	92.209	90.852
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	1
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.589	1.445
Totais	351.724	326.938

18 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907

No dia 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária deliberou pela redução do capital social, de R\$ 2.455.537 mil para R\$ 2.162.322 mil, passando de 1.222.461.484 para 1.076.487.907 ações.

19 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receita com arrendamentos	175.683	493.981	181.799	548.475
Receitas tarifárias	52.601	138.681	28.906	84.247
Impostos federais	(19.518)	(53.061)	(18.342)	(53.989)
Impostos municipais	(2.305)	(6.565)	(1.236)	(3.309)
Receita operacional líquida	206.461	573.036	191.127	575.424

20 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

Pessoal e encargos	20.995	63.716	31.626	57.017
Manutenção	22.056	32.115	3.493	14.856
Serviços de terceiros	920	2.450	113	2.498
Depreciação e amortização	10.166	30.740	11.951	31.597
Provisões	1.747	5.043	4.618	8.923
Impostos e taxas	394	1.134	237	2.136
Totais	56.278	135.198	52.038	117.027

21 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Pessoal e encargos	31.937	100.813	27.620	93.929
Manutenção	10.515	23.432	7.769	18.446
Serviços de terceiros	450	1.362	498	1.755
Legais, judiciais e contratuais	2.363	28.192	18.970	53.836
Impostos e taxas	595	2.123	525	1.809
Outras	133	640	496	1.223
Totais	45.993	156.562	55.878	170.998

22 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
PECLD	1.629	(5.100)	1.575	(26.765)
Provisão de Férias	(105)	438	16	(5.087)
Provisão para o 13º Salário	(1.726)	(5.048)	(1.198)	(4.857)
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	(107)	(311)	(68)	(299)
Provisão para contingências	(391.873)	(213.151)	(255.822)	(397.527)
Totais	(392.182)	(223.172)	(255.497)	(434.535)

O saldo negativo da provisão para contingências foi ocasionado, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 333.121 mil, relativo às ações tributárias, em especial pela mudança de estimativa para a Execução Fiscal nº 5005363-39.2022.4.02.5101, visto que a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro havia promovido o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa, pelo reconhecimento da imunidade tributária do ISS, contudo, o Município do Rio de Janeiro apresentou Embargos de Declaração, tendo o juízo acolhido o recurso, oferecidos pelo exequente (Município do Rio de Janeiro), anulando por completo a sentença, já que fundada em evidente erro material e com a anulação da referida sentença e a pendência de julgamento de recurso de apelação, implicaram na alteração da

contingência de risco de perda "remota" para "provável", portanto, passível de registro contábil.

23 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas financeiras	12.341	41.116	25.289	48.496
Despesas financeiras	(32.633)	(85.493)	(1.494)	(102.861)
Totais	(20.292)	(44.377)	23.795	(54.365)

24 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	16.533
Adições	
Provisão para contingências	505.546
Outras adições	9.854
PECLD	6.761
Total	522.161
Exclusões	
Reversão de PECLD	(1.661)
Reversão de provisão para contingências	(292.395)
Total	(294.056)
Lucro ajustado	244.638
Compensação de prejuízos fiscais	(70.435)
Lucro real	174.203
IRPJ	26.130
Adicional de IRPJ	17.402
Provisão para o IRPJ	43.533
Provisão para a CSLL	15.679

25 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e

comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.352 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 108.805 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No 3º trimestre de 2023, o valor total faturado foi de R\$ 12.668 mil (R\$ 7.402 mil no 3º trimestre de 2022).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no 3º trimestre de 2023 foi de R\$ 1.804 mil (R\$ 1.200 mil no 3º trimestre de 2022) e valor médio mensal foi de R\$ 601 mil (R\$ 400 mil no 2º trimestre de 2022).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A Companhia possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 30/09/2023 era de R\$ 57.847 mil (R\$ 56.920 em 30/09/2022) e está sendo cobrado judicialmente.

26 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 21 de novembro de 2023.

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO
DIRETOR-PRESIDENTE

RONALDO FUCCI
DIRETOR

JOÃO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO
CONTADOR – CRC/PR 055498/O-4